

OS NOMES GEOGRÁFICOS E A CARTOGRAFIA

Major SEBASTIÃO DA SILVA FURTADO

(Do Serviço Geográfico do Exército)

I — Importância dos nomes geográficos. Seu profundo significado

Os nomes geográficos definem e delimitam uma área cultural, pois, à semelhança dos demais vocábulos, refletem a estrutura vertical ou dialetológica (geologia lingüística) e a horizontal (geografia lingüística) do idioma. “A fisionomia de um país — diz BERNARDINO (1) —, não raro traduz-se por certos nomes que a terminologia geral, umas vezes supre, subsidiando-a, outras a relega ao desprezo para a substituir avantajada”.

As vicissitudes da história e da vida, a mentalidade de uma época e de um povo, a natureza, em suas características fisionômicas, estão muitas vezes retratadas nesses vocábulos, lembra êle, ainda.

“As invasões passam, os costumes modificam-se ou desaparecem, as condições físicas do solo variam, e contudo os nomes lá ficam muitas vezes, como marcos esquecidos, como sentinelas do passado a revelar grande número de fatos que de outro modo nos seriam inteiramente desconhecidos”, lembra o grande filólogo e etnólogo LEITE DE VASCONCELOS (2). É a própria história da formação de um povo entrevista nos marcos toponímicos, que, no espaço e no tempo, balizaram sua trajetória evolutiva!

Os topônimos, que são, ou serão, fósseis lingüísticos, indicam e refletem, também, os estratos das línguas faladas pelos povos que se sucederam ou se fundiram na ocupação de um dado território.

Os nomes geográficos são, portanto, testemunhos históricos do povoamento. Sendo a carta, um documento, deve ela, recolhê-los com os maiores rigor e fidelidade possíveis.

2 — Papel dos nomes geográficos na cartografia.

A carta é uma representação gráfica, simbólica e convencional de uma paisagem humanizada da Terra. Ela deve, assim, figurar fielmente não só o aspecto físico do terreno, como também, as obras humanas que êste possibilitou ou condicionou.

Sob vários aspectos, a carta é “um registro científico, um documento histórico, um instrumento de pesquisa e um objeto de arte” (3). Deve ela, então, vir a lume com elevado padrão de beleza, precisão e fidelidade, revestindo-se de expressivo conteúdo cultural, tendo, por isto, o órgão incumbido de a elaborar a responsabilidade de dar a máxima atenção a tôdas as fases do seu preparo e a tôdas as partes que a compõem.

Os nomes geográficos — topônimos e antropônimos — são uma das mais importantes e delicadas partes da carta, porque êles a animam e personalizam e porque, em síntese admirável, representam a linguagem geográfica essencial que se fala na área cartografada. A nomenclatura geográfica, é a linguagem da carta e a identidade da região representada. “Geographic names — observa o professor RAISZ (4) — are of concern to the cartographer because they are necessary for the identification of places and features symbolized on maps. It is virtually impossible to refer to individual places on maps without employing place names”.

No âmbito cartográfico, a toponímia é, pois, um como registro civil da região. Eliminem-se da carta os topônimos, e a área representada tornar-se-á morta e anônima, a despeito de todo o seu enquadramento geográfico e analítico! “Todo país possui um vocabulário geográfico, que se lhe acomoda e une como atributo essencial e individualizador. É-lhe próprio, exclusivo. Delineia-se rasgadamente patriótico, de fruição quase exclusivista, dir-se-ia até egoísta”, assinala BERNARDINO (5).

* Comunicação apresentada a I Reunião Brasileira de Consulta sobre Cartografia, realizada em São Paulo, em outubro de 1958.

3 — Os nomes geográficos e a categoria da carta.

O problema dos nomes geográficos assume aspecto e importância distintos para as diversas organizações cartográficas, conforme tenham elas por finalidade apenas a produção de cartas topográficas ou tão somente a de cartas geográficas.

As cartas cadastrais, representando todos os pormenores da área levantada, estampam todos os locativos. As topográficas, de maneira idêntica, representam praticamente todos os nomes geográficos — topônimos e antropônimos. As geográficas — cartas ou mapas, figuradores dos principais traços físicos e humanos do território cartografado, como serras, rios, localidades e vias de comunicação mais importantes, —, finalmente, estampam apenas os principais nomes geográficos, exatamente os mais conhecidos. As topográficas, além destes, ainda exibem quase todos os nomes geográficos menos importantes da região levantada. A geográfica perpetua, quase sempre, a toponímia conhecida e consagrada; a topográfica, além de o fazer também, recolhe mais uma toponímia muitas vezes ainda desconhecida cartograficamente, quando não coleta uma outra duvidosa ou em fase de fixação, como ocorre com a das áreas em desbravamento.

“Small-scale maps of large areas — confirma o Prof. RAISZ (6) — usually show only such major features as countries, cities, large rivers, mountain systems, seas and gulfs. The required names for such maps can be selected most conveniently by comparing the names to those on similar maps, and in desk atlases, geographical dictionaries, general gazetteers, and comparable materials. Names in agreement in several sources and in accord with the principles outlined above should be chosen for use.

Large-scale maps allow the inclusion of many geographical names which will not be found, on small-scale maps...”

4 — O cartógrafo em face dos problemas toponímicos.

Praticamente toda carta topográfica que se prepara suscita sérios problemas toponímicos, ocorrendo, inclusive, algumas dificuldades antroponímicas, mormente se das áreas coloniais. Adverte o citado Prof. RAISZ (7).

“The cartographer concerned with the problem of obtaining place names... should keep in mind a general caution. Few maps or other materials are reliable in their geographic nomenclature that they can be safely used as sources for place names without comparison with other materials. Many place-name source materials are faulty because of careless compilation or inadequate compilation data; other because their name identification is out of date. Place names are not static. They change for numerous reasons...”

O cartógrafo consciencioso e responsável, defrontando-se com tais problemas, vê-se forçado a estudá-los, para tanto realizando pesquisas, análises, comparações, interpretações e, finalmente, a seleção ou escolha. As dificuldades que se lhe antepõem são enormes. Além disto, raríssimos cartógrafos conhecem com profundidade suficiente o problema toponímico. É ainda do Prof. RAISZ (8) a observação que se segue:

“Toponymics, the science of place names, is a field of knowledge based on specialized training in geography, linguistics, and history. Few cartographers fully comprehend the complexity and specialized character of place-name problems or have the necessary facilities and training to deal with them in detail. Most persons engaged in the field at scientific level are in the service of government that undertake extensive mapping programs”.

5 — Problemas toponímicos mais frequentes na cartografia

Os problemas toponímicos que mais comumente exigem a atenção e a decisão do cartógrafo são:

- Existência de mais de um nome para designar o mesmo acidente.
- Pronúncias e grafias diferentes do mesmo nome.
- Emprêgo do mesmo nome em mais de um acidente de igual gênero, na mesma circunscrição administrativa.
- Incerteza na localização do acidente a que se refere o nome indicado, fato muito comum nas regiões em desbravamento.
- Transferência do nome de um acidente para o seu vizinho de igual gênero, por tê-lo fornecido negligentemente o informante sertanejo.

- Discordância entre o nome lançado no mapa e o de uso local, fato acentuado entre nós depois de alteradas as denominações das cidades e vilas homônimas.
- Discordância entre o uso local contemporâneo e o uso local histórico. Em certos casos poderá convir a restauração e a preservação do nome histórico. Quanto à preservação, convém, muitas vezes, garantir a continuidade de um nome de excepcional importância.
- Novos nomes propostos, sobretudo nas áreas de colonização ou de loteamento recente, nas quais a toponímia está ainda em fase de fixação, entrando em conflito ou em superposição com os topônimos locais tradicionalmente aceitos.

Os mais sérios problemas, porém, são os seguintes:

- a) coleta errônea ou defeituosa dos nomes geográficos;
- b) grafia incorreta dos topônimos recolhidos;
- c) grafia errada dos topônimos compilados;
- d) erro na grafia dos antropônimos asiáticos e europeus não-lusitanos, sobretudo teutos e eslavos, difíceis de serem percebidos e apreendidos pelos reambuladores.

Para solucioná-los satisfatoriamente exige-se do cartógrafo uma soma considerável e diversificada de conhecimentos. Mas, mesmo dotado com estes conhecimentos, nem sempre poderá ou deverá êle decidir individual ou unilateralmente, para lançar nomes controvertidos num documento oficial de enorme valor — a carta.

Embora por si só não habilite o cartógrafo a decidir individual ou unilateralmente, o estudo onomatológico torna-o, porém, mais apto para a solução da grande maioria dos problemas suscitados, quase sempre de ordem ortográfica. Daí a importância do seu estudo, para a cartografia.

6 — O estudo onomatológico. Sua importância

“A onomatologia — define-a e divide — LEITE DE VASCONCELOS (9) — ocupa-se do estudo da origem e alterações (no sentido e na forma) dos nomes próprios; considerando apenas os que se referem a locais e a pessoas, podemos dividi-la em *toponímia* e *antroponímia*”.

Das duas categorias é a *toponímia* que tem sido mais cultivada, tanto no Brasil, quanto noutros países. A *toponímia* (de *topo*, lugar, e *onyma*, nome), também chamada *toponomástica*, não se limita, porém, ao estudo sistemático dos nomes geográficos; ela também pesquisa a origem dos nomes dos lugares e estuda suas alterações.

O estudo dessas transformações tem grande importância para a análise de certos topônimos. Na cartografia, esta análise é muitas vezes indispensáveis, mormente nos casos duvidosos ou contraditórios, a fim de se concluir sobre qual a grafia ou o topônimo mais apropriado ao acidente.

7 — Estudos e trabalhos onomatológicos estrangeiros. Órgãos e instituições.

Reconhecendo a importância da toponímia e a imperiosa necessidade de dirimir a confusão reinante entre os seus locativos, os Estados Unidos criaram, no fim do século passado, o *U. S. Board on Geographical Names*, com o objetivo de disciplinar e uniformizar suas ortografia e nomenclatura geográficas, “particularmente nos mapas e cartas publicados pelos diversos Departamentos e escritórios”, reza o diploma legal que o instituiu. A Segunda Grande Guerra impôs-lhe uma remodelação, surgindo um novo e mais amplo *U. S. Board on Geographical Names (BGN)*, integrado por todos os órgãos cartográficos nacionais e instituições geográficas importantes daquele país.

Por idênticos motivos, e com iguais finalidades, o Império Britânico criou um *Permanent Committee on Geographical Names for British Official Use (PCGN)*. Há, também, na Inglaterra, uma *Place-Names Society*.

Na Dinamarca, há, desde 1910, uma *Comissão de Toponímia*. A Bélgica tem, desde 1927, uma *Comissão Real de Toponímia e Dialectologia* e, lá, estuda-se a cadeira de Toponímia na Universidade de Liège. A Holanda possui uma Comissão semelhante à da Bélgica. Na Suécia destaca-se a notável atividade científica do *Instituto de Toponímia*, da Universidade de Upsala.

Polarizando os esforços internacionais em prol do desenvolvimento dos estudos e trabalhos onomásticos e vencendo as tendências autárquicas da Cultura e Economia européias de então, ALBERT DAUZAT conseguiu reunir em julho de 1938, o *I Congresso Internacional de Toponímia e Antroponímia*. Entre outros importantes resultados dêsse conclave resultaram:

- a) a recomendação, aos países que o não possuíam ainda, para instituírem um órgão oficial de estudo e pesquisa toponímicas;
- b) a criação, na França, da *Comissão Nacional de Toponímia e Antroponímia*, com o fim de estimular e coordenar pesquisas, de elaborar vocabulários, etc.;
- c) a transformação do *Institut voor Naamkunde*, de Lovaina, em *Centro Internacional de Onomástica*, ligado ao *Comité Internacional de Sciences Onomastiques*, que é parcialmente subsidiado pela UNESCO.

Longa seria a enumeração das organizações e instituições estrangeiras que tratam dos assuntos toponímicos, visto que dêles se ocupam todos os órgãos geográficos e cartográficos e tôdas as entidades de estudo histórico, geográfico e filológico dos principais países. Não obstante, mencionaremos ainda a *Comissão Permanente do Dicionário Geográfico do Chile* e o *Centro de Estudos Onomásticos de Portugal*.

"Todos os nomes toponímicos oficiais, isto é, geográficos, antes de serem usados nos mapas do Canadá, devem ser aprovados pela Comissão Geográfica", informou o Eng.º R. H. PETERS (10) à II Reunião Pan-Americana de Consulta Sobre Cartografia.

Na Argentina, nenhum mapa, oficial ou não, é impresso sem antes ter sua nomenclatura geográfica minuciosamente examinada, por uma Comissão permanente de professores, no Instituto Geográfico Militar, que, como se sabe, centraliza tôdas as atividades geográficas e cartográficas argentinas.

De suma importância para a cartografia são os *dicionários* e *glossários geográficos* e os *atlas étnico-linguísticos*, organizados em vários países.

Finalmente, não se podem omitir as recomendações, já consolidadas, das Reuniões Pan-americanas de Consulta Sobre Cartografia, e o programa normativo da UNESCO sobre a terminologia científica no mundo e, em especial, sobre a terminologia geográfica.

8 — A toponímia no Brasil. Providências oficiais.

No Brasil, afora grande número de estudos individuais, relativos a vocabulários, dicionários geográficos ou toponímicos e antroponímicos, relações onomásticas e artigos diversos, ainda não se fez o bastante. Existem, é certo, louváveis trabalhos oficiais, não o suficiente, em profundidade e extensão, porém.

Muitos daqueles trabalhos são especializados, referindo-se sua maioria à toponímia tupi-guarani e aos brasileirismos, e, muito mais restritamente, à toponímia africana.

Outros, só incidentalmente se referem diretamente à toponímia. Entretanto, não se pode encetar qualquer estudo toponímico sério ou fazer pesquisas a respeito de um determinado topônimo sem o conhecimento linguístico e dialetológico.

Só na República surgiram providências oficiais específicas e normativas nas esferas onomatológica e ortográfica, objetivando uniformizar, sistematizar, policiar e disciplinar a adoção e grafia dos topônimos e antropônimos. A não ser quanto à ortografia, essas providências estão longe, porém, de solucionar devidamente tão importante problema.

Não obstante, valiosíssimos têm sido os trabalhos do IBGE. Sob sua inspiração foram tomadas algumas decisões legais, com o fim de sistematizar a nomenclatura geográfica e de disciplinar-lhe a grafia. Estas providências, contudo, atingiram apenas os principais nomes geográficos. Até mesmo muitos destes estão ainda a exigir estudo acurado.

Uma das mais louváveis iniciativas do IBGE foi a criação e planificação, no princípio de 1938, do *Dicionário Geográfico Brasileiro*, importante empreendimento a ser realizado progressivamente, em três escalões, que são:

- 1.º) os Vocabulários Geográficos;
- 2.º) o Pequeno Dicionário Geográfico Brasileiro;
- 3.º) e o Grande Dicionário Geográfico Brasileiro.

Dêse projeto, presentemente confiado ao *Setor de Toponímia*, da Divisão Cultural do CNG, já foram publicados seis Vocabulários Geográficos.

A natureza documental da carta topográfica, que deve ser intrinsecamente rica e altamente informativa, destaca a necessidade de se dar cuidadosa atenção aos nomes geográficos.

Sentindo-a, a *Diretoria do Serviço Geográfico* organizou um glossário de termos geográficos. Sua maior contribuição tem ficado, todavia, praticamente anônima, apenas registrada nas cartas que tem levantado e imprimido. Para êste fim, no campo, por meio de reambulação, coleta tôda a nomenclatura geográfica das áreas levantadas e, no gabinete, uma das suas Secções examina meticulosamente todos os topônimos e antropônimos recolhidos daquela forma ou havidos por compilação. Os vocábulos duvidosos são investigados, isto é, detidamente examinados, sob os aspectos lingüístico, semântico, etimológico, ortográfico, geográfico, histórico, etc., para tanto recorrendo-se a consultas e pesquisas na documentação bibliográfica e cartográfica pertinente aos topônimos e às região e língua às quais êles pertencem. Finalmente, faz-se cuidadosa filtragem e seleção dos topônimos e antropônimos a serem impressos na carta, bem assim a sua meticolosa revisão ortográfica.

Cada nome geográfico, é intuitivo, exige atenção e exame individual, sob os aspectos cartográfico, etimológico, ortográfico etc.

O *Manual de Convenções Cartográficas* da DSG prevê, disciplina e orienta o emprêgo das legendas cartográficas. Seu artigo 15 recomenda que "as legendas devem se basear sempre que possível em informações de caráter oficial. Na falta destas, devem ser aceitos nomes consagrados pelo uso".

Quando um objeto ou acidente é indicado com mais de um nome, adota-se para o principal o tipo de letra correspondente e escrevem-se os demais entre parêntesis e com letras reduzidas à metade".

O fato de aceitarmos, como deve ser, aliás, os *nomes consagrados*, já implica no reconhecimento do princípio da socialização do vocábulo, mas nunca na aceitação de grafias incorretas. A aceitação de grafias errôneas, além disto, desrespeita o decreto n.º 8.286, de 5 de dezembro de 1945, que oficializou as instruções do Acôrdo Ortográfico.

Daí a razão da meticolosa revisão toponímica, antroponímica e ortográfica de todos os originais cartográficos que a DSG elabora.

E a *Diretoria de Hidrografia e Navegação*, atentando para o importantíssimo papel da nomenclatura geográfica na cartografia, recomenda o maior cuidado em sua coleta, mormente no que refere às conhecidas corruptelas e cacoépias dos informantes locais. Determina, por isto, que se faça:

- a) um exame completo da toponímia local recolhida;
- b) consultas a autoridades e a documentos oficiais;
- c) e o confronto da nomenclatura coletada com a constante das cartas existentes.

Muitas dúvidas, deficiências e omissões toponímicas que se apresentam ao cartógrafo, são facilmente solucionadas, não constituindo problema de monta. Noutros casos, as dúvidas, as incoerências ou a opção entre dois nomes recolhidos para o mesmo acidente podem ser fácil e unilateralmente resolvidas por um só órgão cartográfico.

Alguns topônimos, porém, já nos fizeram sentir tôda a verdade e justeza da advertência do Prof. BOLÉO (11):

"Alguns dêses estudos onomásticos são tão morosos e de tal magnitude que não basta a investigação individual e isolada: é necessária uma equipe de colaboradores".

A pesquisa, o exame e a interpretação dos nomes geográficos recolhidos constituem necessidades imperiosas. Mas, ao fazê-los, é preciso, entretanto, que o cartógrafo evite, em certos casos, os riscos das interpretações e decisões individuais e unilaterais. A pesquisa e a interpretação devem ser feitas prudentemente e com discernimento, não devendo o cartógrafo deixar-se empolgar e arrastar por visões parciais e unilaterais dos problemas e pelo fascínio do tupinismo.

O cartógrafo deve ter em consideração a realidade das tendências dialetológicas duma língua que se fala num vastíssimo território, como o é o do nosso país. Deve, também, considerar, as diferenciações lingüísticas que ocorrem de região para região, a fim de reconhecer, nas variações de forma ou de entonação, o nome correto, ou a fim de evitar que, aceitando os senões perpetrados

pelo reambulador, venha a transplantar gêneros de topônimos peculiares a uma região para as cartas representativas de outra, como seriam, por exemplo, a designação de um curso d'água nordestino como *arroio* ou a nomeação de uma fazenda mineira como *estância*. Deveria ainda o cartógrafo capacitar-se da necessidade de se pôr em guarda contra as corruptelas, os metaplasmos e as cacópias da fala rural.

É preciso, pois, método científico e critério para fazê-los. Realmente, sendo a nomenclatura geográfica um campo especializado, a investigação dos nomes geográficos deve ser feita por pessoal habilitado e treinado em técnicas que envolvem o emprêgo de métodos científicos, modernos e seguros, adverte o Dr. BURRIL (12).

É evidente, pois, que há necessidade de se filtrarem as informações toponímicas recolhidas pelos operadores de campo (reambuladores) e as compiladas em documentos impressos, depurando-se os nomes geográficos dos conhecidos vícios de linguagem dos nossos rurícolas.

Por isto, para que a linguagem culta e os documentos não sejam contaminados com vocábulos deformados e viciados, que, poderiam ser exibidos em mapas e cartas oficiais e, dessa maneira, desabonar o órgão responsável e a cultura do país, é que se deve filtrar a nomenclatura geográfica utilizada. É o que procuram fazer a DSG, a DHN e o CNG, todos os órgãos cartográficos importantes, enfim.

É enorme, contudo, o volume de trabalhos cartográficos executados no país por repartições oficiais e empresas privadas, fruto na maioria das vezes de compilações que se sucedem em cadeia, perpetuando os mesmos erros e grafias incorretas, quando não os piorando.

O problema dos nomes geográficos deve ser tratado, pois, de modo sistemático, uniforme e disciplinado, por pessoal habilitado, trabalhando em conjunto, e nunca desordenada, individual e unilateralmente.

A aceitação dos topônimos alterados, isto é, corrompidos, só deve ocorrer naqueles já universalmente aceitos e sancionados pelo uso, isto é, legitimados. Embora haja necessidade de se preservar, sem exageros, a pureza da língua, não se pode rejeitar *in limine* tôda e qualquer corruptela, porque a língua não é estática, é, antes, profundamente dinâmica, mutável como a própria vida, de que é manifestação.

Vê-se, pois, que o estudo toponímico transcende as esferas geográfica e cartográfica. "La topographie est une science... Les études toponimiques sont du ressort du linguiste. Leur methode est la methode linguistique" proclama DAUZAT (13). E o Dr. BURRIL (14), afirma, com a sua autoridade de diretor do *U.S. Board on Geographical Names*:

"It is also important recognize that geographical names is a specialized field, and that investigation of geographical names should be done by skilled personnel trained in techniques embodyng modern scientific methods os securing such non-instrumental data". O problema não é, pois, exclusivamente geográfico e cartográfico. Contudo, a *toponímia deve ser feita no terreno*. Daí a excepcional importância da contribuição que as entidades cartográficas estão em condições de dar à sua solução.

9 — O problema toponímico não está, portanto, completa e definitivamente resolvido no Brasil

Embora as referidas e louváveis medidas oficiais já nos tenham proporcionado a sistematização da nomenclatura das cidades e vilas, elas apenas aflozaram a solução do problema. E é preciso não esquecermos, também, que a toponímia não é estática — ela se altera e enriquece, mormente num país com elevado crescimento demográfico e em pleno desenvolvimento, como é o caso do Brasil.

Salvo os principais nomes geográficos do país, os milhares restantes estão a exigir estudo acurado e, em muitos casos, deliberação oficial ou coletiva, por parte das entidades e pessoas interessadas. A fim de não privarem suas cartas, que devem ser impressas sem delonga de nomes cuja figuração contribuirá para enriquecê-las e para aumentar-lhe o valor informativo e a melhor caracterização, são os órgãos e entidades cartográficos constrangidos a decidirem isolada e unilateralmente.

Impõe-se, pois, a criação de um *CONSELHO (Comissão ou Instituto) PERMANENTE SOBRE NOMES GEOGRÁFICOS*, integrado, certamente, por repre-

sentantes dos Ministérios das Relações Exteriores, do Interior e Justiça, da Educação e da Agricultura, do Estado-Maior das Forças Armadas, Estado-Maior do Exército, Conselho Nacional de Geografia, Conselho Nacional de Estatística, Diretoria do Serviço Geográfico, Diretoria de Hidrografia e Navegação, Departamento dos Correios e Telégrafos, Departamento Nacional de Estradas de Ferro, Academia Brasileira de Letras, Academia Brasileira de Filologia, Sociedade Brasileira de Geografia, Associação dos Geógrafos Brasileiros, Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Arquivo Histórico Nacional, Museu Histórico Nacional, Biblioteca Nacional, Departamento de Imprensa Nacional, Instituto Nacional de Imigração e Colonização e Comissão Nacional de Folclore.

10 — Mecanismo de funcionamento do Conselho proposto.

O mecanismo de funcionamento de um tal Conselho, deve ensejar ampla possibilidade de pronunciamento de todos os órgãos regionais, de entidades culturais e de todas as pessoas interessadas, como sucede no BGN norte-americano. Pois, para suas deliberações terem acatamento e eficácia precisam ser regional e localmente consentidas, embora dentro de limites que não colidam com os princípios gerais normativos e uniformizadores.

Como primeiras medidas, o *CONSELHO* ou *COMISSÃO NACIONAL PERMANENTE SOBRE NOMES GEOGRÁFICOS* estabelecerá regras, diretrizes e o processamento do exame dos nomes geográficos.

O Conselho trataria igualmente dos nomes geográficos estrangeiros.

CONCLUSÕES

As organizações cartográficas nacionais, públicas e privadas, estão, por indesejável decorrência de sua destinação, inevitavelmente entrosadas na solução do problema toponímico. Por isto, é de excepcional importância o valor da contribuição que elas podem dar-lhe.

É-nos, pois, sumamente honroso submeter à emérita apreciação da presente Reunião as seguintes sugestões, concernentes aos nomes geográficos e a essa colaboração:

- 1 — Tratamento acurado, sistemático e uniforme da coleta e exame dos nomes geográficos pelos organismos cartográficos nacionais e estaduais, que para isto criariam um setor especializado, a exemplo do existente no CNG.
- 2 — Propugnarem os cartógrafos pela criação de um órgão consultivo e deliberativo nacional sobre nomes geográficos, isto é, o *CONSELHO* ou *COMISSÃO NACIONAL PERMANENTE SOBRE NOMES GEOGRÁFICOS*, com a finalidade de:
 - a — estabelecer normas, regras e diretrizes, visando ao tratamento uniforme dos nomes geográficos.
 - b — decidir sobre os casos controvertidos ou duvidosos e sobre as consultas que lhe forem dirigidas.
 - c — exercer ação preventiva.
 - d — publicar vocabulários e dicionários toponímicos, coletâneas das decisões tomadas, trabalhos onomásticos, bibliografias, mapas-índices, etc.
- 3 — Cooperarem as pessoas e instituições ligadas à cartografia no combate às corruptelas toponímicas, contribuindo, destarte, para a neutralização do processo dialetológico e, batalhando, assim, pela unidade lingüística nacional e pela preservação da íntima correspondência que deve existir entre o topônimo e o lugar ou acidente nomeado.
- 4 — Velarem os cartógrafos e os órgãos cartográficos pela preservação da toponímia autóctone, como recomendou, aliás, a *IV Reunião Pan-Americana de Consulta sobre Cartografia*.
- 5 — Respeitar em todos os trabalhos cartográficos a ortografia oficial prevista no decreto-lei, de 5 de dezembro de 1945, que estabeleceu as normas da escrita brasileira e portuguesa.
- 6 — Contribuírem os órgãos cartográficos, com base no fichário elaborado no Setor de Toponímia, para a organização dos *dicionários topográficos* preconizados pelo *I Congresso Internacional de Toponímia e Antroponímia*, de tanta valia para o preparo das cartas topográficas e dos

vocabulários e dicionários geográficos — os degraus superiores da grande realização onomatológica nacional.

- 7 — Batalharem os cartógrafos e as instituições cartográficas pela organização do *Vocabulário Onomástico*, previsto pela Academia Brasileira de Letras, do *Vocabulário dos Principais Nomes Estrangeiros*, sugerido pela Conferência de Geografia, de 1926, do *Dicionário Etnográfico* e do *Atlas Lingüístico e Etnográfico do Brasil*.

Da concretização destas sugestões decorreriam, nas áreas toponímica e cartográfica, importantes conseqüências, destacando-se as seguintes:

- 1 — disciplinamento e uniformização do emprêgo dos nomes geográficos na cartografia nacional;
- 2 — tratamento adequado e científico da toponímia;
- 3 — preservação dos topônimos, já na essência, já na forma;
- 4 — manutenção da íntima correspondência que deve existir entre os topônimos e os acidentes por eles designados.

B I B L I O G R A F I A

- (1) — SOUSA, Bernardino José de. *Dicionário da Terra e da Gente do Brasil*. 4.^a edição. São Paulo, Companhia Editôra Nacional (Col. Brasileira, V, 164), 1902. 433 p.
- (2) — VASCONCELOS, J. Leite de. *Opúsculos*, V. III — *Onomatologia*. Coimbra, Imprensa da Universidade, 1931. 690 p.
- (3) — CRONE, G.R. *Maps and Their Makers — An Introduction to the History of Cartography*. Londres, Huntchinsonis University Library. 1953, XIV, 181 p.
- (4) — RAISZ, Erwin. *General Cartography*. New York, Mc Graw-Hill Book Company, Inc., 1948, 354 p.
- (5) — SOUSA, Bernardino José de. Op. cit.
- (6) — RAISZ, Erwin. Op. cit.
- (7) — Idem, ibidem.
- (8) — Idem, ibidem.
- (9) — VASCONCELOS, J. Leite de. Op. cit.
- (10) — PETERS, F.H., delegado do Canadá à II Reunião Pan-Americana de Consulta Sobre Cartografia. In *Anais*, v. II., p. 191. Rio de Janeiro, IBGE, 1945.
- (11) — BOLÉO, Manuel de Paiva. *Os nomes étnico-geográficos e as alcunhas coletivas, seu interêsse lingüístico, histórico e psicológico*. Separata de *Siblos*, v. XXXI. Coimbra, Coimbra Editôra, Limitada, 1956. 19 p.
- (12) — BURRIL, Meredith F. *U.S. Board on Geographical Names*. In *Surveying and Mapping*, Jan-Mar-1946. Washington, American Congress on Surveying and Mapping. Pp. 54-57.
- (13) — DAUZAT, Albert. *La Toponymie Française*, nova edição. Paris, Payot, 1946. 335 p./e/ 8 map.
- (14) — BURRIL, Meredith F. — Op. cit.